

# O OBJETO TRIDIMENSIONAL COMO FONTE DE INFORMAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL

Joyce Fagundes - joyce.cfagundes@gmail.com

Livia Nascente - lilamdi@yahoo.com.br

Yolle Bittencourt - yolle.bittencourt@gmail.com

**Eixo temático:** Tema Livre

**Modalidade de apresentação:** Oral

## RESUMO

Analisa o papel do bibliotecário como agente na difusão cultural e na construção da identidade do indivíduo. O estudo propõe-se analisar o objeto tridimensional em sua dimensão documental, partindo dos conceitos da área de Documentação, inaugurada por Paul Otlet. Discorre sobre tais objetos, detentores de informação, passíveis de serem utilizados como fonte de pesquisa para os pesquisadores das diversas áreas científicas e para o cidadão comum, em função do seu papel no âmbito cultural. Ressalta que esses objetos se comportam, ao mesmo tempo, como registros de memória social e podem servir para a construção da identidade do indivíduo, pois que são a representação do homem com o seu ambiente. Além de determinar as características do objeto tridimensional enquanto documento, analisam-se os conceitos de memória social, instituição de memória e o processo de documentação dos artefatos preservados. Focaliza o resgate das culturas dos povos africanos e indígenas, na perspectiva de agentes da construção da memória nacional, como base para a formação cultural do cidadão brasileiro. Conclui-se que a preservação da memória se torna essencial para que o indivíduo conheça suas raízes e possa construir sua identidade e, dessa forma, ter condições de se integrar efetivamente ao seu grupo social.

**Palavras-chave:** Memória social. Objeto Tridimensional. Documentação. Cultura africana. Cultura indígena.

## 1 INTRODUÇÃO

O mundo é compreendido (interpretado) de diferentes formas, por isso as representações explicativas do real (saberes) também são variadas e comunicadas de acordo com suas particularidades. Isto significa que não é somente a palavra escrita que pode ser considerada registro do conhecimento humano, nem que somente a partir da escrita é que se começa a história da humanidade. A própria capacidade de criar artefatos para garantir a sobrevivência é a representação da relação do homem com o seu ambiente, pois estes objetos foram criados e utilizados de acordo com a percepção do ser humano.

O documento pode ser considerado tudo aquilo que é utilizado para que uma pessoa aprenda algo. Neste sentido, a memória – entendida como a preservação do pensamento humano, referência de fatos passados no tempo presente – possibilita a assimilação dessas novas informações, a partir do conhecimento adquirido e guardado no consciente humano. Portanto, qualquer produto criado pelo homem (artefatos, pinturas, música, textos etc.) pode vir a ser um documento.

As marcas deixadas nos artefatos pelos seus criadores e usuários, como também o fato desses objetos sobreviverem por tantos anos e até séculos, os tornam monumentos. Nesta perspectiva, os artefatos também podem ser tornar documentos, pois possibilitam ativar as lembranças (elo entre o homem e sua história). “O objeto, portanto, fala sempre de um lugar, seja ele qual for, porque está ligado à experiência dos sujeitos com o mundo, posto que ele representa uma porção significativa da paisagem vivida”. (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005)

Este estudo, portanto, teve como propósito mostrar os aspectos informacionais dos artefatos, de forma a colaborar para suscitar o debate sobre as novas perspectivas de potencializar outras fontes de conhecimento, diferentes aos registros escritos, mostrando sua importância como uma das formas de valorização das culturas indígenas e africanas na formação da sociedade brasileira.

## 2 O OBJETO COMO DOCUMENTO

A informação é um recurso simbólico, em que se condensa o conhecimento, tornando-se um agente facilitador entre o ser humano e suas questões. A preocupação com a informação e sua própria conceituação é oriunda do período moderno, pois é neste momento que os profissionais ligados ao tratamento do documento passam a reunir, segundo Gómez (1995), a “totalidade do conhecimento” humano com o intuito de difundi-lo dentro de uma comunidade. Esta nova percepção do uso do documento é que gera a informação – que para existir depende que um indivíduo tenha acesso a um dado, que ao ser assimilado faz com que ocorra o processo informacional.

Loureiro (2000) destaca dois tipos de documento: os que nascem como documentos, “criados com a função específica de documentar” (livros, periódicos, relatórios) e os que são propensos a ser um documento. Esses “candidatos” a documento, de acordo com Loureiro (2000), precisam que um profissional, através de normas e procedimentos, justifique a escolha do objeto para os fins informativos.

Paul Otlet afirmou no livro *Traité de Documentation* (1934), sobre os objetos no sentido de que a descrição destes gera documentos, como também, o próprio objeto em si é um documento. O autor citado foi o precursor do estudo do documento e da documentação mundial. Segundo Otlet (1934) em todo documento devem ser consideradas três ordens de elementos: os elementos materiais (substância, forma e acabamento), os elementos gráficos (textos, imagens reais ou convencionais, notações), e os elementos intelectuais. Estes últimos são os mais importantes, mas sua possibilidade de expressão está em função dos dois primeiros.

O objeto se torna documento a partir do momento em que se indaga sobre suas origens, forma, funcionalidade, quem é (são) seu(s) autor (es) e qual a sua importância, “de que tema trata, qual a sua função, em que contexto social, político, econômico e cultural foi produzido e utilizado, que relação manteve com determinados atores e conjecturas históricas” (CHAGAS, 1996, p.43).

Os objetos são representações do real, criadas pelo homem – expressão do conhecimento – baseadas em suas experiências pessoais, sua interação com a natureza e sociedade. Esses objetos reunidos nas instituições de memória, para que sejam passíveis de preservação e estudo, possuem em si mesmo uma abundância de significados, que, muitas vezes, não são ligados aos seus criadores, mas sim à sua representação perante uma ação, que vai se manifestando, gradualmente, de geração em geração. Dessa maneira, pode-se concluir que esses objetos, como colocado por Lima (2000), são marcas das ações individuais e sociais preservadas ao longo dos tempos, pois o valor que lhes são atribuídos, muitas vezes, só é reconhecido tempos depois da criação do objeto.

A carga de informação que o artefato possui está ligada à capacidade de olhar para esse documento e conseguir entender toda a ação em que o material estava inserido ou a que se remete, já que, de acordo com Pinheiro (2000), o objeto / documento é a “representação do conteúdo informacional [...], a partir de sua análise e interpretação”.

Loureiro (2000), tratando de obras de arte, confronta as opiniões de três autores ao levantar as seguintes questões: Em qual espaço um objeto deve residir? Quando um objeto se torna documento?

Em relação à primeira pergunta, Deufrenne<sup>1</sup> defende que o lugar do objeto é o seu espaço de origem, ou seja, os objetos devem permanecer nos lugares em que exerceram ou exercem suas funções originais, pois, segundo o autor, os espaços legitimados funcionam como descontextualizadores do objeto. Ainda, afirma que “é preferível ver a estátua no parque a vê-la no Museu” e que “a obra de arte deve ‘se situar no mundo’ para atestar que ‘ela é um sentido passível desse mundo’”. Já autores como Heidegger<sup>2</sup> e Bourdieu<sup>3</sup> defendem a idéia de que as instituições “consagram e legitimam a obra”, ou seja, é a inserção do objeto dentro do espaço institucionalizado que confere o caráter de documento ao objeto.

Quanto ao caráter documental do objeto, Heidegger diz que este é incorporado a uma instituição de informação pelo “ser-obra” do objeto, enquanto Bourdieu defende que é a inclusão do objeto na instituição que lhe confere o caráter de documento.

O artefato ao ser transformado em documento sofre perdas de informação, pois ele deixa suas funções e ambiente original. Além dessa migração física e funcional, o próprio processo documental, ou seja, a inserção do artefato em uma classificação, que pode ou não englobar todos os aspectos informativos do documento, como catalogação, indexação e resumo – operações que nem sempre dão conta de reunir todos os aspectos do mesmo – gera a diminuição do conteúdo desse objeto.

De acordo com Castro (2002) o diálogo interdisciplinar é muito importante para dar suporte à documentação e diminuir o impacto causado pelo processo. Esta prática faz com que haja uma “renovação temática”, de maneira que instigue o debate e reflexões, já que vários pontos de vista de uma mesma ação são representados, não se limitando a uma versão oficial que privilegia somente um grupo social.

### 3 A MEMÓRIA SOCIAL

A memória é construída a partir do esquecimento, segregação e exclusão. O pensar está estritamente ligado ao ato de lembrar. O ser humano não passa o tempo todo pensando em uma única coisa, sem interrupção<sup>4</sup>. A memória tem a função de selecionar fatos que ficam guardados em nosso consciente. As lembranças são ativadas por sensações, lugares e objetos que se conectam com esses fatos preservados.

O caráter dinâmico da memória está na permanência dos acontecimentos, que continuam a existir no presente, tendo em seu processo vitalício novas agregações de valor e lembranças.

A memória social é caracterizada por Gondar (2005) como algo móvel, pois diversos saberes são elaborados sob um mesmo objeto, por grupos diferentes de uma mesma época ou ao longo do tempo. Segundo a autora, a não consolidação de um conceito padrão de memória social é o que determina a democratização da memória. Esta dinâmica permite explorar diversas representações “tanto os signos simbólicos (palavras orais e escritas) quanto os signos icônicos (imagens desenhadas ou esculpidas), e mesmo os signos indiciais (marcas corporais, por exemplo)”.

A memória social é um processo de escolha ético-político, “que abrange todos as dimensões onde se verifica um embate entre forças, um jogo de poder” (GONDAR, 2006) que controla a memória coletiva. De acordo com Gondar (2006), não se pode “falar de memória, articulando-a à identidade, sem inseri-la num afrontamento de forças e sem levarmos em conta que a memória é, antes de mais nada, um instrumento de poder”. Pode-se dizer assim, que a memória é um processo parcial, pois escolhe fragmentos da realidade em detrimento de outros.

O esquecimento – processo natural do tempo – é utilizado para homogeneizar a memória coletiva, transformando-o em um fragmento pronto, independente de outros fatos que o circundaram e que foram excluídos, para que este ao ser preservado possa ser “capaz de perpetuar no tempo nossa pretensa identidade”. Este processo de exclusão também engloba tudo aquilo que possa comprometer as representações preservadas, não se esquece

“apenas os elementos segregados, mas o próprio fato de que houve uma segregação, e as maneiras pelas quais segregamos”. (GONDAR, 2000).

Ainda segundo a autora:

[...] não precisaríamos exercer qualquer força – para que o esquecimento se desse: o próprio tempo se encarregaria de fazê-lo. As lembranças tenderiam a se rarefazer como tempo, progressivamente perdem a sua marca, a sua singularidade, até desaparecerem por completo. Seria necessário então criar instituições capazes de preservar o patrimônio cultural, protegendo as lembranças / documento do fluxo natural da entropia. E, deste modo, a naturalização do esquecimento conduziria à naturalização do documento, fazendo dele simples dado material e ser conservado.

Mario Chagas (1996) afirma que a memória não está associada ao objeto em si, mas nas relações que ele pode manter. Assim, ainda de acordo com o autor, a preservação do objeto não é por ele mesmo, mas pela relação significativa que ele tem. Os objetos passíveis de preservação são aqueles que justificam e/ou explicam uma situação/ação – uma forma de representar a realidade. Se todos os objetos fizessem parte de uma coleção, passariam a ser o próprio mundo e não uma representação dele. O objeto preservado tem como função a prolongação da vida de um recorte, de um fragmento da realidade que tem relevância como referência a uma ação passada.

## 4 OS CONFLITOS NO CAMPO DA MEMÓRIA SOCIAL

A memória é um processo subjetivo, ancorado em experiências e marcas simbólicas e materiais. Não há somente uma memória – uma única interpretação dos fatos. Elizabeth Jelin (2002) reconhece as memórias como objeto de disputas, conflitos e lutas, no qual os participantes tentam impor sua perspectiva do fato, pois a memória é uma ferramenta de poder. “Essas memórias e as interpretações são também elementos chaves nos processos de (re)construção de identidades individuais e coletivas, em sociedades que emergem de períodos de violência e trauma” (JELIN, 2002, p.5)

Em qualquer momento e lugar, é impossível encontrar uma memória, uma visão e uma interpretação única do passado compartilhada por toda sociedade. Pode haver momentos ou períodos históricos em que o consenso é maior, em que uma interpretação do passado é mais aceito ou hegemônico. (JELIN, 2002, p.5-6, tradução nossa)

As memórias nacionais são narrativas seletivas, que visam à centralização política, na configuração do Estado Nacional, se expressam e se cristalizam nos textos de história que se transmitem na educação formal. Neste processo os atores sociais<sup>5</sup> têm um importante papel, pois são responsáveis, de acordo com Jelin (2002), de construir e consolidar a memória e história nacional.

O processo de reconstrução de uma identidade - que foi oprimida (esquecida) no passado – entra em conflito com a identidade que o grupo possui no presente e, que muitas vezes diverge simbolicamente uma com a outra. Por isso, o resgate dessa memória “esquecida” deve ser feito através da seleção de determinados símbolos, (como por exemplo, a exclusão de determinadas representações religiosas), que não agrida a comunidade de sentido do presente.

No âmbito nacional, pode-se colocar a situação dos negros e índios, que durante séculos foram excluídos do conceito de cidadãos. “Os episódios de negação da humanidade dos negros resistiram, assim, como a destruição física e cultural dos indígenas, apelidados pelos colonizadores de ‘negros da terra’” (KNOBBE, 2005). A história nacional transformou as tradições dessas culturas

em práticas ilegais e profanas (desvalorização do vocabulário, ritos e vestuário). Muitos grupos de negros e índios passaram a negar suas tradições e incorporar práticas brancas para serem aceitos na sociedade e evitar que seus filhos sofressem as mesmas repressões que sofreram por conta de sua identidade negra ou indígena.

A questão dos grupos negros no Brasil tem o agravante do “racismo<sup>6</sup> cordial”, em que as pessoas dizem não discriminar os negros e respeitar as religiões afro-brasileiras – “Por uma situação histórica e cultural, o racista ou preconceituoso é sempre o vizinho” (KNOBBE, 2005). A política de embranquecimento da população brasileira, através do incentivo à imigração européia, a perseguição até os anos 1950 das religiões afro-brasileiras e a destruição de seus templos são alguns exemplos da opressão sofrida por estes grupos. “Não é à toa que mestiços reneguem a gota de sangue africana. A vergonha de ser negro é fruto de um estigma colocado sobre a população e de uma estratégia de sobrevivência social.” (KNOBBE, 2005)

As culturas indígenas também foram brutalmente oprimidas, como as culturas afro-brasileiras. O índio não fala na história brasileira, ele está na literatura, abordado por teóricos, missionários e políticos, mas não há registros do discurso indígena (suas narrativas). A contribuição indígena na construção do Brasil, enquanto nação, foi praticamente apagada (como por exemplo, o conhecimento da botânica e a língua<sup>7</sup>).

O conflito político-econômico é um dos propulsores dessas reconstruções (contexto institucional), como por exemplo, a luta pela terra. Porém, este processo não está ligado somente a questões jurídicas e institucionais, mas também ao reconhecimento e reconstrução dos saberes e identidades afro-brasileiras e indígenas (processo difícil e doloroso, pois significa ativar memórias traumáticas destes grupos).

O resgate da memória se torna essencial para que o indivíduo conheça suas raízes e possa construir sua identidade, e dessa forma, ter condições de se integrar efetivamente ao seu grupo social. A documentação dos artefatos é um dos meios para essa reconstrução, na medida em que representa a materialidade da cultura e instiga o indivíduo a buscar mais informações sobre o povo criador dos objetos.

## 6 CONCLUSÃO

O profissional da informação tem o papel de explorar a documentação histórica do artefato, ou seja, resgatar a história do grupo em que o artefato foi retirado e, assim, reconstituir a trajetória daquele povo. As instituições são legitimadoras das tradições de uma sociedade, por isso, as bibliotecas e as demais instituições informacionais, como arquivos e museus, podem contribuir para a democratização da informação e dar voz as culturas marginais. Basta explorar as diversas perspectivas dos documentos que estão sob seus cuidados. No caso deste trabalho, ao abordar a documentação história do artefato (quem o produziu, em que época, qual era a dinâmica social, sua utilidade), não ficando restrito somente aos elementos materiais.

Ter acesso à informação significa dar possibilidade ao indivíduo de se tornar mais consciente do espaço em que vive e interagir com ele – através do conhecimento de seus direitos e deveres. A disseminação informacional faz com que o homem tenha condições de modificar suas ações e, conseqüentemente, passa a ter maior controle e integração com as instituições sociais de forma mais democrática.

## REFERÊNCIAS

- CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação museológica. *In*: CADERNO de diretrizes musicológicas 1. 2. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado e Cultura; Brasília: IFAN, 2006.
- CHAGAS, Mário. **Museália**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.120p.
- FREIRE, José R. Bessa. **Rio babel**: a história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.
- GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. *In*: O QUE é memória social? Rio de Janeiro: Contra capa livraria, 2005. p.11-26.
- JELIN, Elizabeth. Las luchas políticas por la memoria. *In*:\_\_\_\_\_. **Las conmemoraciones**: las disputas em las fechas 'in-felices'. Madrid: Siglo Veintuno de Espanha, 2002. p.39-62.
- KNOBBE, Margarida Maria. História extra-oficial: como os negros no Brasil ainda não conquistaram a liberdade. **Problemas Brasileiros**, São Paulo, n.371, p.18-23, set./out. 2005.
- LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Percursos de uma neocomunidade quilombola: entre a “modernidade” afro e a “tradição” pentecostal. **Afro-Ásia**, n.37, p.153-173, 2008.
- LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. A obra de arte musealizada: de objeto de arte à fonte de informação. *In*: INTERDISCURSOS da Ciência da Informação: arte, museu e imagem. Rio de Janeiro: IBICT, 2000, p.105-126.
- MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.
- OTLET, Paul. Documentos e documentação. *In*: CONGRESSO MUNDIAL DA DOCUMENTAÇÃO UNIVERSAL, 1937, Paris. Disponível em <<http://www.conexaorio.com/bit/otlet/>>. Acesso em: novembro, 2006.
- PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Prefácio. *In*: INTERDISCURSOS da Ciência da Informação: arte, museu e imagem. Rio de Janeiro: IBICT, 2000, p.7-14.
- SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma nas coisas” e a classificação do objeto. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n.23, p.37-50, jan./jun. 2005.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> DUFRENNE, Mikel. **Estética e filosofia**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1981.

<sup>2</sup> HEIDEGGER, Martin. **A origem da obra de arte**. Lisboa: Edições 70, 1992.

<sup>3</sup> BOURDIEU, Pierre. **As regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>4</sup> Para melhor entender este conceito de lembrança / esquecimento Barthes (1994) *apud* Jô Gondar (2000) exemplifica no campo do amor: um amante ao dizer “pensar em você” significa que algo lhe fez lembrar do ser amado que estava esquecido.

<sup>5</sup> Os atores sociais são as pessoas que “lutam pelo poder, que legitimam sua posição nos vínculos privilegiados com o passado, afirmando sua continuidade ou sua ruptura” (JELIN, 2002)

<sup>6</sup> “Para entender o que é racismo e o preconceito precisamos visitar as idéias que funcionam como piloto automático. Essas idéias, a partir das quais criamos o mundo que habitamos, são transmitidas pela família, pela religião, pela escola e por outras inserções culturais, transformando-se em verdades incontestáveis, mesmo que a experiência individual prove o contrário”. (KNOBBE, 2005)

<sup>7</sup> A língua portuguesa, até o século XIX era somente para a comunicação com a metrópole portuguesa, mas não era a língua fala entre a população, no Brasil. Até este período a língua falada no território brasileiro era a *Língua Geral* (oriunda da Língua Tupi). “Durante dois séculos e meio, índios, mestiços, negros e portugueses trocaram experiências e bens, e desenvolveram a maioria de suas práticas sociais [...] nessa língua indígena, que se firmou como língua supra-étnica, difundida amplamente pelos missionários, por meio da catequese. Contou para isso, inicialmente, com o apoio do próprio Estado monárquico que, depois, em meados do século XVIII, modificando sua política proibiu a língua geral e tornou obrigatório o uso da língua portuguesa”. (FREIRE, 2004)